Ao Sr. Jorge Taiana
Secretário Executivo
Comissão Interamericana de Direitos Humanos
1889 F Street NW
Washington DC, 2006

O Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, **CAJOP**¹ entidade não-governamental que atua na defesa dos direitos humanos, localizada na Rua do Apolo, nº 161, 1º Andar, Bairro do Recife, Cidade do Recife, Pernambuco, Brasil; O Centro pela Justiça e o Direito Internacional, **CEJIL**, com sede à Av. Marechal Câmara, 350/707, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil e o Movimento Nacional de Direitos Humanos – **MNDH** / Regional Nordeste, com sede à Rua do Apolo, 161, térreo, vêm perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos apresentar a seguinte denúncia contra a República Federativa do Brasil por haver violado os direitos e garantias estabelecidos nos **artigos 8º** (garantias judiciais) e **25** (direito à proteção judicial) da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (a "Convenção Americana"), todos c/c o artigo **1.1º**. (respeitar e garantir os direitos previstos na Convenção) da mesma.

I. Dos Fatos

A cidadã brasileira Margarida Maria Alves, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, foi assassinada no dia **12 de agosto de 1983**. Figura chave na representação dos trabalhadores rurais da cana de açúcar, Margarida buscava na Justiça o cumprimento da legislação trabalhista, fazendo com que os latifundiários da região sofressem inúmeras derrotas. Ela abalava a arcaica hegemonia de forças na região, sendo um frágil contraponto ao poder dos grandes fazendeiros.

Suas campanhas de conscientização tinham grande repercussão junto aos trabalhadores rurais, que assistidos pelo Sindicato, impetravam ações na Justiça do Trabalho requerendo o pagamento de direitos laborais desrespeitados pela classe patronal, tais como, carteira de trabalho assinada, 13º salário e férias. Foram movidas setenta e três reclamações trabalhistas contra as usinas da região, o que gerou uma grande repercussão.

¹ Ver Doc. 01: Estatuto do CAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares.

Em consequência disto, Margarida Maria Alves recebia ameaças, "recomendações" que parasse de criar "caso" e deixasse de atuar em prol dos trabalhadores. Uma dessas ameaças, que veio a público através do jornal O Norte, chegou a ser respondida na forma de um ofício do Sindicato. Nele Margarida afirmava que cria caso "aquele que não cumpre as leis, não pagando salário mínimo, 13ª etc." Margarida sempre dizia que "era melhor morrer na luta, do que morrer de fome."²

A vítima não escondia as ameaças que recebia, na verdade as levava a público fazendo questão de respondê-las. Um dia antes de morrer Margarida participou de um evento no qual falou dos recados que vinha recebendo, mas ela não tinha medo e a resposta estava sempre na ponta da língua: "da luta eu não fujo", dizia ela.

Até que, na tarde de 12 de Agosto de 1983, um homem dirigiu-se à casa da líder sindical e disparou-lhe covardemente um tiro de espingarda calibre 12. O disparo, à queima roupa, desfigurou a face de Margarida, matando-a instantaneamente. O crime foi cometido perante os vizinhos e familiares da vítima sem qualquer preocupação com a ocultação da identidade do assassino.

A vítima não foi assassinada à traição, ou em uma emboscada. Foi morta na frente de todos, como uma grande demonstração de poder e intimidação. Poder este que persiste, uma vez que tanto tempo depois seus assassinos ainda estão impunes e à solta.

O assassinato anunciado concretizou as ameaças que lhe foram formuladas. As primeiras investigações foram infrutíferas, uma vez que várias das testemunhas do crime foram ameaçadas, com vistas a depor dizendo que nada sabiam ou a alterar o seu depoimento, como ocorreu com o sindicalista Severino Barbosa Sobrinho que teve sua casa alvejada, fato que o afastou de Alagoa Grande.³

O autor dos disparos não foi reconhecido pelos transeuntes, mas restou provado que o assassino saiu de um opala vermelho de placa EX0690, que conduzia mais três cúmplices. A polícia, apesar de acionada imediatamente, demorou horas para chegar ao local do crime. Sua atuação foi neutralizada por uma estranha falta de luz que, permitiu que os assassinos deixassem a cidade sem rastros.

Os indícios, no entanto, apontavam para integrantes do chamado **Grupo da Várzea**, grupo liderado pelo usineiro **Aginaldo Veloso Borges**, que congregava vários donos de usina, deputados federais e estaduais, prefeitos etc.

² Doc. 02: Cópia do Jornal O Norte

³ Doc. 03: Folheto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, página 02, grifo nosso "Nosso companheiro Severino Barbosa Sobrinho, delegado de base do S.T.R. de Alagoa Grande, depois de dar depoimento passou a ser procurado por estranhos, teve sua casa apedrejada durante a noite e, por medida de segurança, foi obrigado a se afastar de Alagoa Grande".

O crime chocou todo país, repercutindo, inclusive, no exterior. Entidades internacionais fizeram ações urgentes que resultaram em centenas de cartas remetidas às autoridades brasileiras pedindo a punição dos culpados pela morte de Margarida.

Somente decorridos três anos do delito, o depoimento fornecido em cartório pela **Sra. Maria do Socorro** veio a elucidar alguns aspectos do crime. Viúva de Severino Carneiro de Araújo, conhecido como "**Biu de Genésio**", e temendo por sua vida resolveu contar o que sabia na intenção de resguardar sua vida e a dos seus filhos.⁴

Em seu depoimento a Sra. Maria do Socorro contou, que dias antes do crime, Biu de Genésio junto ao agropecuarista **Edmar Paz de Araújo (Mazinho)**, do Policial Militar **Betânio Carneiro** e de um terceiro desconhecido, utilizaram-se de um Opala vermelho para mostrar ao PM Betânio qual era a casa de Margarida Maria Alves. O Mazinho era o homem de confiança do líder do chamado Grupo da Várzea, Agnaldo Veloso.⁵

A depoente contou que seu marido recebia dinheiro do Mazinho, e quando passou a não mais receber tornou-se alcoólatra, passando a alardear, quando em estado de embriaguez, que sabia quem eram os responsáveis pelo crime que vitimou a líder sindical. Em função disto, Biu de Genésio passou a sofrer ameaças e atentados por parte de Mazinho e Betâneo.

Em 13.01.86, Biu de Genésio foi encontrado morto em seu veículo na cidade de Campina Grande/PB. Posteriormente, a depoente soube que o Biu de Genésio estava na companhia do Betânio e de três desconhecidos, quando foi visto pela última vez.⁶

Depois desta morte, várias outras pessoas ligadas ao caso também começaram a ser eliminadas, em uma persistente queima de arquivo. Também Mazinho já foi assassinado. Há quem duvide que Betâneo, continue vivo.

⁴ Doc. 04: Depoimento registrado em Cartório da Maria do Socorro Neves de Araújo.

⁵ Ver Doc. 04: Trecho do Depoimento, pág. 01 " No dia anterior ao assassinato de Margarida Maria Alves, presidente do S.T.R. de Alagoa Grande, por volta das 18:30 horas meu esposo foi até a casa de Edmar Paz de Araújo, agropecuarista, residente na cidade de Alagoa Grande, conhecido por Mazinho. Chegando lá encontrou o PM Betânio Carneiro dos Santos, 23 anos, lotado no 2º BPM, na época destacado na cidade de Areia. A convite de Mazinho, os três, Betânio, Mazinho, Severino e mais outra pessoa que ele não conhecia, entraram num opala vermelho e se dirigiram para a rua onde morava Margarida. Nas proximidades da casa, Mazinho indicou para Betânio: " a casa de Margarida é esta" . Essa informações, meu esposo me contou dias após o assassinato de Margarida".

⁶ Ver doc. 04: Trecho do depoimento: "Eu estava em casa de minha filha, em Garanhuns, então, então ela (a amante do marido) conversou com meu sogro, Genésio Carneiro de Araújo e minhas cunhadas que no dia da tinha ido buscá-la por volta das 18 horas para sair com ele, mas ela se negou a acompanhá-lo porque ele estava em companhia do soldado Betânio porque sendo da cidade de Remígio conhecia os procedimentos dele e sua má fama. Essa mesma declarações ela fez aos meus familiares consta dos autos do inquérito que ora tramita na Justiça de Campina Grande".

O assassinato de Margarida deixou um rastro sangrento com várias outras morte entrelaçadas, mas nem isso serviu para quebrar o ciclo da impunidade na região. A devida apuração desses crimes é uma importante lição de cidadania e igualdade que o Brasil merece.

II. Dos Processos Judiciais

Para apurar o crime foi aberto um inquérito policial, o de nº 023/83, que deu origem a dois processos judiciais distintos. O primeiro deles trazia como réus Antônio Carlos Coutinho Régis, Amauri José do Rego e Amaro José do Rego, mas foi encerrado em 1988. O segundo processo o de número 372/95 que aponta como réus Betâneo Carneiro, José Buarque de Gusmão Neto e outros desde então se arrasta.

Com a aproximação do décimo sétimo aniversário da morte de Margarida, as entidades de direitos humanos da Paraíba vêm com muito apreensão o decurso de tempo, sem que haja o devido equacionamento do crime. O tempo decorrido já inviabiliza parte do resultado que se poderia obter com a sentença, uma vez que muitos dos apontados como responsáveis já faleceram. E os que permanecem à solta são poderosos.

II.1 Do Processo 183/83

Os documentos demonstram sobejamente a desídia na apuração e o descompromisso com a Justiça, o que fez com que estes processos se arrastassem por longos dezessete anos.

O inquérito policial 023/83 foi instaurado para apurar os autores do assassinato de Margarida. Sua conclusão deu-se em 08.12.83, com expedição de Relatório no qual a Autoridade Policial apontou os indícios da participação de Amauri José do Rego, Amaro José do Rego e de Antônio Carlos Coutinho Régis (filho de um usineiro local, integrante do grupo da Várzea. O Relatório cita testemunhas que confirmam a participação dos indiciados no crime. Ao final do documento, o Delegado pede a prisão preventiva dos acusados.⁷

O Ministério Público Estadual fez a Denúncia dos acusados em 22 de dezembro de 1983, acatando a tese policial e individualizando a conduta delituosa. A peça afirma, ainda, que o crime teria sido encomendado pelos usineiros locais, dos quais Antônio Carlos foi o representante, e executado pelos irmãos Rego. Pede, ainda, a condenação dos réus e reforça a necessidade da prisão preventiva.⁸

⁷ Doc. 05: Relatório Policial

⁸ Doc. 06: Denúncia do Ministério Público Estadual, página 02

Apesar do mandado de prisão decretado, os irmãos Rego não foram mais vistos. Quanto a Antônio Carlos Coutinho Régis, respondeu ao processo em liberdade por ter domicílio certo, profissão definida, conforme lhe garantem as leis vigentes.

Seguindo as expectativas, ao ser encaminhado para ser julgado por Júri Popular em 05 de julho de 1988, Antônio Carlos foi absolvido⁹ em função do voto da maioria simples. Houve apelação¹⁰ por parte do Ministério Público Estadual, mas a absolvição foi mantida.

II.2 Fatos Novos

Um fato novo, ocorrido no primeiro processo, fez que com fossem necessárias novas investigações: o já citado depoimento em Cartório da Maria do Socorro Neves de Araujo, a viúva do Biu de Genésio. Neste depoimento, fica patente o envolvimento do Grupo da Várzea como responsável pela morte de Margarida. São nominalmente apontados Aguinaldo Veloso Borges, Edmar Paes de Araújo, José Buarque de Gusmão (Zito Veloso), Betâneo Carneiro e outros.¹¹

Também o depoimento do Bispo Diocesano de Guabira Marcelo Pinto Carvalhera, amigo e confidente de Margarida, foi mais um elo que ligou o crime ao integrantes do Grupo da Várzea, que ela chamava de os "potentados de Alagoa Grande".¹²

II.3 Do Processo 372/95

Em 31 de outubro de 1991, o Delegado Ruy Jander Teixeira da Rocha atendendo determinação do Ministério Público procedeu a novas investigações concluindo-as com Relatório Policial. Neste consta que "teria havido uma reunião entre eles, Aguinaldo Veloso Borges e seu genro Zito Buarque onde foi decidido matar a líder sindical Margarida Maria Alves"¹³.

O Ministério Público fez nova denúncia acusando Aguinaldo Veloso Borges, Zito Buarque, Betâneo Carneiro e Mazinho pelo assassinato de Margarida.

⁹ Doc. 7. Sentença de Pronúncia e Doc. 08 Sentença de Absolvição

¹⁰ Doc. 09: Recurso de Apelação

¹¹ Ver Doc. 04: Depoimento em Cartório de Maria do Socorro.

¹² Doc. 10. Depoimento "É verdade que a vítima Margarida Maria Alves confessava com o depoente tudo que se passava em sua vida, inclusive confessava as ameaças que vinha sofrendo como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande; que sempre que a vítima contava que estava sendo ameaçada, atribuía estas ameaças ao que ela chamava 'os potentados de Alagoa Grande' e quando era indagada a nominar esses potentados, não hesitava em citar os nomes de Aguinaldo Veloso Borges, Zito Buarque, Mazinho e Carlos Régis".

¹³ Doc. 14: Relatório Policial

Zito Buarque chegou a ficar preso durante três meses, mas foi posto em liberdade, sob o argumento de ter emprego fixo, domicílio certo etc. Desde então acompanha o processo em liberdade. É único réu que o processo aponta, os outros estão mortos ou foragidos.

Quando tudo levava a crer que haveria uma apuração do caso, o processo passou 4 (quatro) anos parado, em função de um pedido de afastamento do juiz da Comarca de Alagoa Grande. Este pedido de afastamento foi julgado pelo STJ que determinou a sua volta ao caso. Ao reassumir os autos em 1999, o Juiz da Alagoa Grande decide se afastar do processo, alegando motivo de foro íntimo, pedindo que se remova o feito para a Comarca mais próxima, qual seja a de Alagoinha.¹⁴ Em suas próprias palavras: "depois de quatro anos, tudo está como d'antes, tudo na mesmíssima situação. Ninguém julgado; ninguém condenado; ninguém absolvido".

O prejuízo desta espera foi imenso. Faleceram neste intervalo o principal suspeito Aguinaldo Veloso Borges em 1990, e o seu braço direito Edmar Paes de Araújo, que foi assassinado em 1986. Ambos se foram sem que a Justiça tivesse feito a sua parte. O processo já tinha então mais de dez anos! Sobre Aguinaldo, vale reproduzir um trecho do Relatório Policial:

"O usineiro Aguinaldo Veloso Borges faleceu no ano passado com 87 anos de idade, na cidade de João Pessoa. Teve direito a uma impunidade alarmante ao longo de sua vida, chegando a comprar um Deputado Estadual e cinco suplentes, para assumir o mandato e não ser processado pela morte de Pedro Teixeira"

O ex-soldado Betâneo foi preso em Pernambuco em função de outro assassinato de outro defensor dos trabalhadores rurais. A vítima desta vez foi um advogado trabalhista que atuava em Surubim, PE. Apesar de suas penas ultrapassarem cem anos, Betâneo fugiu da cadeia em plena luz do dia. E nunca mais foi visto.

Também Betâneo conseguiu ser excluído do processo em 1997 por ser menor à época do crime, o que acelerou a prescrição no seu caso. Existem diversos mandados de prisão expedidos contra ele nunca cumpridos.

Remetido para a comarca da vizinha cidade de Alagoinha, os autos passaram mais um ano sem nenhum andamento, acumulando kafkaniamente longos sete volumes. Há, ainda, toda a sorte de incidentes processuais indesculpáveis tais como

¹⁴ Doc. 11: Despacho do Juiz de Alagoa Grande pedindo afastamento do caso Margarida Alves

uma carta precatória extraviada¹⁵, documentos constantes do processo que se perderam etc. Conforme o Corregedor Geral de Justiça da Paraíba¹⁶:

“Esclareço a. V. Exa. que se trata de processo de homicídio, ocorrido há mais de doze anos (12), de repercursão internacional e até hoje não foi julgado pelo Tribunal do Júri, em razão de manobras escusas que denigrem a imagem do Poder Judiciário”.

A juíza aguarda então que documentos extraviados sejam devolvidos ao autos, para que o réu um dia seja finalmente encaminhado ao Júri Popular.

III. Da Convenção Americana de Direitos Humanos

As disposições da Convenção Americana são o norte para que um caso seja aceito e tenha o correto trâmite no Sistema Interamericano.

III.1 Da demora excessiva.

A Convenção Americana de Direitos Humanos estabelece uma exceção sobre a apresentação internacional de um caso, antes do esgotamento das vias internas, que é exatamente a demora excessiva. Esta previsão legal é utilizada em casos em que o esgotamento do recursos internos é tão moroso, que ao final a prestação jurisdicional é apenas triste reflexo da garantia de justiça que deveria ser.

Margarida foi assassinada em 12 de agosto de 1983, contando hoje o processo com dezessete anos de idade. Como já foi dito, é tempo suficiente para que se apure qualquer crime. O caso, então, preenche os requisitos de apresentação pela via da exceção prevista no art. 46,2,c, que trata da demora excessiva.

Ante o acima exposto, requerem os petionários a aplicação da exceção prevista no artigo 46.2.c da Convenção Americana.

III.2 Os direitos violados.

Neste caso foram violados os direitos referentes ao acesso à justiça, como são o art. 8 e o art. 25. Todos cominados com o art.1.1 por força do que a Corte concluiu no pár 162 , caso Velasquez Rodrigues, sentença:

Este artículo contiene la obligación contraída por los Estados Partes en relación con cada uno de los derechos protegidos, de tal manera que toda pretensión de que se ha lesionado alguno de

¹⁵ Doc. 12: Ofício 161/2000, que trata da Precatória extraviada

¹⁶ Doc. 13: Ofício CGJ301/2000, Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba

esos derechos implica necesariamente la de que se ha infringido también el artículo 1.1 de la Convención.

III.2.a A violação do art.1.1: A obrigação de respeitar e garantir os direitos Humanos

A violação deste artigo decorre de cominação com os arts 8 e 25. Este artigo se relaciona com o dever positivo que a Convenção determina aos Estados no sentido em que estes devem *"organizar todo el aparato gubernamental y, en general, todas las estructuras através de las cuales se manifiesta el ejercicio del poder público, de manera tal que sean capaces de asegurar jurídicamente el libre y pleno ejercicio de los derechos humanos"* (caso Velásquez Rodríguez, sentencia del 29-VII-1988).

A violação deste artigo é cristalina. Nenhum país com o aparato governamental organizado demora todo este tempo em uma investigação penal. Inclusive um dos réus foi beneficiado pela prescrição em função desta desorganização garantidora da impunidade.

III.2.b. Violação dos artigos 25: Proteção Judicial.

Neste ponto é interessante observar que o mencionado artigo 25 da Convenção dispõe, ainda, que todos os cidadãos devem contar com recurso **rápido e efetivo**. O entravamento do processos por décadas seguidas, enquanto os acusados seguem normalmente em suas atividades rotineiras e o que é pior, gozando de excelente reputação no meio local, é absolutamente incompatível com os parâmetros estabelecidos na Convenção Americana. Acrescente-se que o decurso de excessivo lapso temporal entre os fatos e seu julgamento já deu vazão à impunidade, incentivando assim à prática de semelhantes atrocidades.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos já se manifestou no sentido de que o Estado é responsável pelas violações de direitos humanos que a ineficácia de seu próprio sistema jurídico permitiu que ficassem impunes:

*"El Estado está, por otra parte, obligado a investigar toda situación en la que se hayan violado los derechos humanos protegidos por la Convención. Si el aparato del Estado actúa de modo que tal violación quede impune y no se restablezca, en cuanto sea posible, a la víctima en la plenitud de sus derechos, puede afirmarse que ha incumplido el deber de garantizar su libre y pleno ejercicio a las personas sujetas a su jurisdicción. Lo mismo es válido cuando se tolere que los particulares o grupos de ellos actúen libre o impunemente en menoscabo de los derechos humanos reconocidos en la Convención."*²²

²² Corte I.D.H., Caso Velásquez Rodríguez. Sentencia de 29 de julio de 1988. Serie C No14 párr 176

Conforme o descrito, a situação que ora se leva perante a Comissão é exatamente a que a Corte descreve no trecho acima colacionado.

A violação conjunta dos artigos 25, 1.1 e 8 da Convenção Americana que se denuncia no presente caso, fica ainda mais clara na opinião do Juiz A. A. Cançado Trindade²³ :

"Los artículos 25 y 1(1) de la Convención se refuerzan mutuamente, en el sentido de asegurar el cumplimiento de uno y otro en el ámbito del derecho interno. Los artículos 25 y 1 (1) requieren, conjuntamente, la aplicación directa de la Convención Americana en el derecho interno de los Estados Partes. En la hipótesis de supuestos obstáculos de derecho interno entra en operación el artículo 2 de la Convención que requiere la armonización con ésta del derecho interno de los Estados Partes. Estos últimos se encuentran obligados, por los artículos 25 y 1 (1) de la Convención a establecer un sistema de recursos internos sencillos y rápidos, y a dar aplicación efectiva a los mismos. Si de facto no lo hacen, debido a supuestas lagunas o insuficiencias del derecho interno, incurren en violación de los artículos 25, 1 (1) y 2 de la Convención."

O fato dos citados artigos da Convenção Americana estarem sendo desrespeitados com base em uma situação de impunidade bastante disseminada no Sistema Jurídico não isenta o Estado brasileiro de suas obrigações internacionais, pois conforme entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a existência e manutenção de tais normas por si só constitui violação à Convenção:

36. There can be no doubt that, as already stated, the obligation to adopt all necessary measures to give effect to the rights and freedoms guaranteed by the Convention includes the commitment not to adopt those that would result in the violation of those very rights and freedoms.

37. As the Court has previously stated:

A State may violate an international treaty and, specifically, the Convention, in many ways. It may do so in the latter case, for example, by failing to establish the norms required by Article 2. Likewise, it may adopt provisions which do not conform to its obligations under the Convention. [Certain Attributes of the Inter-American Commission on Human Rights (Arts. 41,

²³ Corte I.DH, Caso Genie Lacayo. Voto disidente del Juez Antonio A. Cançado Trindade. Resolución del 13 de setiembre de 1997. Parr.21.

*42, 44, 46, 47, 50 and 51 of the American Convention on Human Rights),
Advisory Opinion OC-13/93 of July 16, 1993. Series A No. 13, para. 26.²⁴*

IV. Do Pedido

Ante todo o exposto, requer-se à Comissão:

- que se declare competente para solucionar o presente caso, dando seguimento a esta denúncia, considerando-a admissível uma vez que cumpre os requisitos elencados pela legislação internacional;
- que declare que no presente caso o Brasil violou os artigos 8 (direito à vida); 25 (direito à proteção judicial), todos assegurados pela Convenção Americana e em conjunto com o artigo 1.1. (respeitar e garantir os direitos previstos na Convenção) da mesma, assim como o artigo 18 (direito à justiça) da Declaração Americana,
- determine o reparação da violação, nos termos que corresponder.

Recife, 17 de julho de 2000

Fabiana Corenstein
Advogada do Gajop

Liliana Tojo
Advogada do Cejil

²⁴Corte I.D.H., Series A: Judgments And Opinions No. 14 – Advisory Opinion Oc-14/94 of December 9.1994